




ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)
 PERGUNTA Número 2085 / x (4ª)

Assunto: **Situação da AMTRES**

Destinatário: **Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Expeça-se
Publique-se
16 / Abril/2009
O Secretário da Mesa 

Num recente artigo do jornal Expresso intitulado "Poluição do Solo contamina Autárquicas", refere-se que as câmaras de Oeiras, Sintra, Cascais e Mafra encontram-se a braços com um problema ambiental resultante da incapacidade de se tratarem os lixos. Por isso, importa analisar todo este processo e em especial a AMTRES, em virtude das declarações proferidas pelo actual presidente do conselho de Administração da Tratolixo.

A AMTRES foi constituída em 1988, tendo o processo de concurso da Central de Incineração e Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce sido lançado em 1984 pela C.M. Cascais. Inicialmente prevista para 300 ton/dia, foi aumentada para 400 ton/dia e depois para 500 ton/dia, estando prevista a laboração para Novembro de 1991. Englobava os municípios de Sintra, Cascais e Oeiras e já nesta altura a produção de lixo era superior a 640 ton/dia.

Em 1991, a AMTRES lançou o concurso para a concepção e construção da central de incineração. Em Fevereiro de 1992 foi assinado o contrato de concessão para a exploração da CITRS entre a AMTRES e a Tratolixo, s.a. Em Dezembro de 1993, a Administração da AMTRES anulou os concursos da Central de Incineração e a 2ª fase do edifício das oficinas. Optou pela elaboração de um plano estratégico, numa candidatura ao Fundo de Coesão Europeu (1996), e cujos objectivos foram a reconversão da central de Trajouce, construção do aterro sanitário, central de triagem e campanha de sensibilização. Por falta de verbas do Fundo de Coesão, reduziu-se o período de vida do aterro para 5 anos, tendo o mesmo sido inaugurado em Setembro de 1996.



Em 1999, a AMTRES adjudicou à Hidroprojecto a execução de um EIA para estudar novos locais para implantar o aterro. O então Ministro do Ambiente José Sócrates afirmou que seria necessário uma “maior articulação com a Valorsul”.

Em 2001, a AMTRES entregou em 2001 uma candidatura ao Fundo de Coesão definindo como grandes componentes a construção de um aterro de grande dimensão (10 anos), valorização orgânica, aumento da reciclagem multimaterial e selagem das lixeiras de Vila Fria, Vale Mourão e Abrunheira, uma vez que Mafra já integrava a AMTRES. Não houve resposta a esta candidatura.

A 17 de Agosto de 2005, a TratoLixo elaborou um Plano Estratégico, tendo obtido um contrato financeiro com o BPI cifrado em 170 milhões euros. Até 30 de Junho de 2006, apenas foram investidos 23,7 milhões de euros em estruturas. No essencial, os principais projectos nunca avançaram.

A situação a que chegou o tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) nos concelhos de Sintra, Oeiras, Cascais e Mafra, integrados na AMTRES, é extremamente preocupante. A AMTRES, para quem foram transferidas responsabilidades municipais não foi capaz de gerar soluções adequadas e necessárias ao crescimento populacional verificado nos últimos anos e encetar soluções para o tratamento dos lixos dos quatro concelhos. Verifica-se uma pressão sobre os municípios para aumentar as taxas dos RSU de forma a desresponsabilizar a AMTRES e colocar o peso financeiro sobre os utentes enquanto se gastam milhões de euros no transporte rodoviário de RSU, ao invés de se apostar no projecto de tratamento aprovado pelos quatro municípios.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do **Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural**, o seguinte:

1. O Governo tem conhecimento da grave situação ambiental relatada pelo presidente do conselho de Administração da TratoLixo?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2. O Governo tem conhecimento da acumulação de 150 toneladas de lixo em redor da Estação de Tratamento de Lixo de Trajouce?
3. O Governo tem conhecimento da perigosidade da acumulação deste lixo para as populações que aí vivem, em especial as de Trajouce (Cascais)?
4. Qual o resultado da reunião efectuada entre o Exmo. Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Rural e o conselho de Administração da TratoLixo realizado no dia 13 de Abril de 2009, segundo informações do presidente do conselho de Administração da TratoLixo?
5. Que soluções pensam apresentar, em coordenação com os quatro municípios envolvidos, para resolver a actual situação em que se encontra a AMTRES?

Assembleia da República, 16 de Abril de 2009

Os Deputados,

Miguel Tiago

António Filipe